

Correio Braziliense – 26/04/2010

Falta transparência

Coluna Brasil S/A

Márcio Pacelli

O leilão de Belo Monte reacendeu uma velha questão levantada por empresários e especialistas em energia: a pouca transparência dos atos de governo em momentos cruciais para o setor. O problema se evidenciou antes e depois da formação do consórcio que arrematou a usina em 20 de abril. Costurado na última hora com a mão forte da Eletrobras, o grupo privado ainda se submete aos desígnios da estatal para se viabilizar como o construtor e explorador da hidrelétrica do Rio Xingu, no Pará.

A interferência do Estado trouxe à memória fatos de outro governo, o de Fernando Henrique Cardoso, cujos assessores foram flagrados em intensa negociação com fundos de pensão para garantir a formação do consórcio que levou a antiga Telemar, hoje Oi. Mudam-se os comandantes, permanece a prática. No caso da hidrelétrica de Lula, proporcionalmente menor, a ingerência foi explícita. O chefe-maior ameaçou construí-la ele próprio (leia-se Eletrobras) se os empresários não se apresentassem.

A arrogância destemperada do presidente não pode, contudo, justificar decisões e procedimentos obscuros em torno de Belo Monte. Enfileram-se aí as condições de financiamento do projeto: dedução de 75% do Imposto de Renda dos investidores e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com taxas de 4% ao ano. Juntos, os benefícios significariam subsídios de R\$ 6 bilhões, dinheiro que, no fim das contas, é do contribuinte, que merece explicações.

Sabe-se, porém, que a falta de clareza no trato da coisa pública não é exatamente uma preocupação de governantes e nem mesmo de parte do empresariado, especialmente quando beneficiada por algum expediente. Mas um outro episódio também recente, envolvendo a mesma Chesf que lidera o consórcio vencedor de Belo Monte levou representantes do setor privado a protestos sobre as manobras governamentais. O caso, pouco destacado pela mídia, envolveu a venda direta de energia pela estatal, subsidiária da Eletrobras, a grandes consumidores a preços mais baixos que os praticados no mercado.

Acobertada por um decreto, há um mês a Chesf fechou contratos com nove consumidores livres - grandes empresas que podem comprar energia de qualquer fornecedor - a R\$ 90 por megawatt/hora (MWh), enquanto o preço no mercado girava ao redor de R\$ 110 por MWh. A legislação prevê regras claras para esse tipo de transação, mas não se soube o motivo da exceção.

Um comercializador de energia do setor privado dispara: "É um absurdo essa deformação do sistema". Mais que isso, chama a atenção o silêncio dos órgãos de controle dos gastos de governo, notadamente do Tribunal de Contas da União (TCU). Poderia uma estatal fechar contratos com a iniciativa privada a preços inferiores aos de mercado? E a remuneração da empresa, cujo controle envolve o patrimônio do contribuinte?

Multa indigesta

O setor elétrico avança ao sabor dos interesses do governo e não dos do Estado. A diferença é básica: o primeiro dedica-se quase que exclusivamente à luta diária para afastar o risco de faltar de energia no país e o segundo tem como atribuição garantir a continuidade, a regularidade, a qualidade e a segurança na prestação do serviço aos brasileiros. O conceito talvez ajude a jogar luz sobre outro episódio recente, o da multa

de R\$ 53,9 milhões aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a Furnas em razão das falhas que levaram ao apagão de novembro de 2009.

Depois da pouco crível teoria dos raios triplos para explicar a queda da transmissão da energia fornecida por Itaipu, o governo mostrou-se irritado com o Estado em relação à punição a Furnas. Explica-se: o Ministério de Minas e Energia, governo, não gostou da pena imposta pela Aneel, Estado, por conta da falha monumental que deixou o país às escuras. O recado chegou a pelo menos um diretor da agência.

Como retaliação à multa, alguns enxergaram no discurso de posse do ministro Márcio Zimmermann que o governo endureceria o jogo contra as distribuidoras de energia ao impor regras mais duras de fiscalização, uma tarefa delegada à Aneel. Para fonte do setor privado, aguardava-se até a convocação de uma reunião entre governo, empresas e órgão regulador para dar andamento à vingança. Mas, ao que parece, a ameaça não prosperou nem chegou exatamente a azedar as relações. "Ficamos apenas sabendo da insatisfação com a multa. Mas não pediram, ao menos a mim, para revê-la", disse o diretor.

Contrabando legal

A transparência também não foi o princípio norteador para a formulação da medida provisória, transformada na Lei 12.111/2009, que criou regras de compensação para os chamados sistemas isolados - regiões remotas do país não interligadas ao sistema elétrico nacional. Em vigor desde dezembro, instituiu aberrações como a que impôs aos consumidores de todo o país a obrigação de custear uma eventual inadimplência na conta de luz das prefeituras e órgãos estaduais de Rondônia e do Acre.

Também se alardeou que a nova lei impôs um aumento de mais de 100% na arrecadação do encargo destinado a compensar a Região Norte. Segundo cálculos do **Instituto Acende Brasil**, que representa a iniciativa privada, a chamada Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) aumentará, este ano, em pelo mais R\$ 2,72 bilhões por conta das mudanças nas regras. O valor será rateado na fatura de energia de todos os brasileiros, "O problema é estrutural. De tempos em tempos, o modelo precisa de uma revisão para expurgar esse tipo de interferência", recomenda um executivo.